



Dificuldades para a inserção de alimentos orgânicos na alimentação escolar na visão dos nutricionistas

Difficulties in introducing organic foods in school meals according to nutritionists

PIZZI, Marina¹; MARTINELLI, Suellen Secchi², FABRI, Rafaela Karen³, SOARES, Panmela⁴, CAVALLI, Suzi Barletto⁵

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, marina.pizzi@hotmail.com; ² Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Nutrição, suellen.martinelli@ufsc.br; ³ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, rafa.kf@gmail.com; ⁴ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, panmela_soares@yahoo.com.br; ⁵ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, suzi.cavalli@ufsc.br

Eixo temático: Políticas públicas e Agroecologia

Resumo: Foram avaliadas as dificuldades no processo de compra e venda de produtos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar em 21 municípios da região Sul do Brasil. Estudo quali-quantitativo realizado mediante entrevistas semi-estruturadas com 21 nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar. Os entrevistados foram questionados sobre as dificuldades da compra/venda de alimentos orgânicos para a alimentação escolar. Realizou-se análise descritiva. Os nutricionistas identificaram a baixa produção de alimentos orgânicos como a principal dificuldade para a compra desses alimentos para abastecer o programa de alimentação escolar. São necessárias estratégias que fomentem a produção de alimentos em sistema orgânico para que seja viável a incorporação desses alimentos nas refeições escolares.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Alimentos Sustentáveis; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional.

Keywords: School Feeding Program; Sustainable food; Family Farming; Food and nutrition security.

Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é compreendida pela garantia ao direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. A alimentação deve ser promotora de saúde, respeitar a diversidade cultural e sustentável, no âmbito social, econômico e ambiental. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atua na política de SAN ao tornar-se um mercado promissor dos produtos da agricultura familiar, com preços justos e promotores da sustentabilidade (BRASIL, 2004). Ao aproximar a agricultura familiar e os consumidores, o programa possibilita a redução de gastos com o transporte de alimentos, garante qualidade e produtos com menor grau de processamento, bem como a diversificação dos hábitos de consumo (MALUF, 2009).

A alimentação escolar prioriza a aquisição de alimentos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade. Neste contexto, o PNAE é uma política inovadora que



incentiva e torna-se mercado para a agricultura familiar orgânica (BRASIL, 2009). Diversos são os benefícios apontados na aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, inclusive a aquisição de alimentos orgânicos (DAROLT et al., 2016). Contudo, mesmo diante de incentivos por meio de políticas públicas, os agricultores familiares apresentam dificuldades para inserção de seus produtos na alimentação escolar. A falta de interesse de participação em cooperativas e associações, carência de assistência técnica, baixo valor dos produtos, atrasos nos pagamentos, questões burocráticas são algumas dificuldades identificadas (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2014; TURPIN, 2009).

Essas dificuldades podem ser maiores em relação a aquisição de alimentos orgânicos. Estudo de Machado et. al (2018) realizado com dados coletados em âmbito nacional nos anos de 2011 e 2012 indicou que na região sul mais de 60% dos municípios conseguiam atender a legislação em relação a compra de alimentos da agricultura familiar. No entanto, pesquisas mostraram que somente 20,5% (n=102) dos municípios do Rio Grande do Sul e 48% (n=293) de Santa Catarina adquiriram algum alimento orgânico (CASTELLANI, et al, 2017, SANTOS et al, 2014).

Desse modo esse estudo buscou analisar as dificuldades no processo de compra e venda de produtos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios da região Sul do Brasil, a partir da opinião dos nutricionistas envolvidos no processo. Espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias direcionadas a cada segmento e consequente auxiliar na ampliação da aquisição de alimentos orgânicos pelo PNAE e favorecer a oferta de alimentação mais saudável e sustentável.

Metodologia

O objetivo deste estudo foi abordado por meio de uma perspectiva quantitativa. Foram aplicados questionários estruturados, com perguntas fechadas. O questionário continha perguntas sobre as dificuldades dos agricultores e do setor público no processo de compra e venda de alimentos orgânicos para a alimentação escolar.

O estudo faz parte de um projeto de pesquisa (Edital Universal MCTI/CNPq n. 14/2012; Processo 483184/2012-8), financiado pelo CNPq e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (Parecer n. 1.002.956). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta de dados ocorreu no período de março a novembro de 2015, mediante a realização de entrevistas com os nutricionistas ligados à alimentação escolar de 21 municípios da região Sul do Brasil, distribuídos nas diferentes mesorregiões de cada um dos três estados. Todas as entrevistadas eram mulheres, com tempo de atuação variando de 1 a 30 anos. Os municípios incluídos na pesquisa tinham número de habitantes entre 20 a 50 mil e tinham nutricionista como responsável técnico da alimentação escolar.



Para a coleta de dados foi utilizado um questionário elaborado pela equipe do projeto e com base em experiências anteriores. Continha perguntas fechadas sobre: aquisição de alimentos orgânicos; dificuldades para a aquisição, oferta, produção e crédito para produção de alimentos orgânicos. As respostas foram digitadas mediante formulário digital criado no *software* *Epicollect*. Realizou-se uma análise descritiva com base na distribuição de frequências (absoluta e relativa).

Resultados e Discussão

Este estudo explorou as dificuldades do processo de compra e venda de produtos orgânicos da agricultura familiar para a alimentação escolar na região Sul do Brasil na opinião das nutricionistas envolvidas. Os 21 municípios estudados possuíam, em média, 3.429 escolares, variando de 6.582 a 1.923 escolares matriculados em 2015 na rede de ensino municipal. Dos 21 municípios, apenas 9,5% (n=2) adquiriram alimentos orgânicos para a alimentação escolar em 2015. A aquisição dos alimentos orgânicos em um município não era realizada exclusivamente da agricultura familiar.

A Tabela 1 apresenta as dificuldades relacionadas à oferta de alimentos orgânicos na perspectiva dos nutricionistas. Em relação à compra de alimentos orgânicos na alimentação escolar, especificamente os nutricionistas apontaram dificuldades que são expressas na Tabela 2. De maneira complementar, observou-se que 52,3% dos nutricionistas entrevistados (n=11) desconheciam a dificuldade do setor público pagar valores superiores para alimentos orgânicos.

Nossos resultados concordam com estudos anteriores (SANTOS et. al, 2014; CASTELLANI et. al, 2017) ao identificar a baixa produção e oferta de alimentos orgânicos como a principal dificuldade para a compra desses alimentos para abastecer o programa de alimentação escolar. A produção de alimentos orgânicos no Brasil é baixa quando comparada à produção convencional. Produtores orgânicos representam 1,8% do total de estabelecimentos agrícolas no país (IBGE, 2006). Esses resultados colocam em evidência a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção de alimentos orgânicos e apoiem processos de certificação participativos.

Além disso, nossos resultados coincidem com estudo anterior (GOMES; PADOVAN; PADOVAN, 2017) ao identificar dificuldades técnicas para a produção de alimentos orgânicos. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de fortalecimento das estruturas de assistência técnica, que possibilitem que um maior número de agricultores opte por essa forma de produção.

Dificuldades	n	%
Baixa produção	17	80,9
Dificuldades de certificação	11	52,3
Poucos produtos com certificação	11	52,3



Falta de assistência técnica	9	42,8
Falta de informação do agricultor*	7	33,3
Pouco incentivo da gestão pública	6	28,5
Preferência de produção em grande escala*	5	23,8
Baixo valor pago	5	23,8
Disponibilidade de crédito	2	9,5
Falta de mão de obra*	1	4,7
Elevado custo de produção*	1	4,7

Tabela 1. Opinião dos nutricionistas sobre as dificuldades dos agricultores para a oferta de alimentos orgânicos para a alimentação escolar.

*Dificuldades apontadas na opção de resposta Outro.

Dificuldades para a compra alimentos orgânicos para a alimentação escolar	n	%
Pouca disponibilidade de mercado fornecedor de orgânicos	21	100,0
Pouca variedade de produtos orgânicos	12	57,1%
Ausência de certificação	12	57,1%
Custo elevado	10	47,6%
Ausência de interesse da gestão pública na aquisição de alimentos orgânicos	3	14,2%

Tabela 2. Opinião dos nutricionistas sobre as dificuldades para a compra de alimentos orgânicos para a alimentação escolar.

Conclusões

De forma conclusiva, as nutricionistas consideraram que a baixa produção era a maior dificuldade dos agricultores no processo de venda para a alimentação escolar. Em consonância, a compra é limitada pela baixa disponibilidade de produtos produzidos. Ainda que a legislação do PNAE tenha representado um avanço em direção a construção de um sistema alimentar mais sustentável e saudável, são necessárias estratégias que fomentem a produção de alimentos em sistema orgânico para que seja viável a incorporação desses alimentos na alimentação escolar.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina; aos participantes do estudo; ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu); e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro para realização da coleta de dados.

Referências bibliográficas



CASTELLANI, A. L. A. et al. Purchase of family farm and organic foods by the Brazilian School Food Program in Santa Catarina state, Brazil. **Revista Nutrição**, v.30, n.5, p.651-662, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF, 2004.

_____. Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

DAROLT, M. R. et al. Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. S205-S222, 2014.

GOMES, J. B. P., PADOVAN, D. S. da S; PADOVAN, M. P. Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v.22, n.3, p.316-342, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.

MACHADO, L. S. et al. Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos na alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul, Brasil. **Demetra**, v.13, n.1, p.101-115, 2018.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SANTOS, F. et al. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.19, n.5, p.1429-1436, 2014.

TURPIN, M. E. Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento local. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.